

Norris, 2013, p.12-13)¹. Há, de acordo com o estudo, exigências para a elegibilidade razoavelmente incontestadas, como idade e cidadania, e outras mais excepcionais, como nível de escolaridade ou alfabetização. As principais exigências incluiriam requisitos de idade (em geral a mesma necessária para votar, com alguma gradação em função do nível do cargo concorrido), cidadania, residência (vínculo com a comunidade e conhecimento do distrito pelo qual irá concorrer), incompatibilidades (como ocupação de cargos públicos), depósitos monetários (prévios à candidatura, em geral reembolsáveis desde que o candidato obtenha votação mínima), restrições relativas a histórico criminal, condenações e casos de falência, a necessidade de obter assinaturas de apoio.

Também há exigências de certificação impostas por normas internas dos partidos políticos, que vão desde um período mínimo de filiação ao partido antes de se candidatar (para assegurar familiaridade e lealdade), nos casos mais flexíveis e abertos; até exigências como realizar um mínimo de compras anuais em cooperativas, ser assinante do jornal do partido, matricular seus filhos em escolas do Estado, e por aí vai (Norris, 2013, p.13).

Um terceiro filtro no processo de certificação é influenciado pelos valores culturais e normas sociais informais de cada país. Embora, como Norris admite, seja difícil estudar tais normas informais de modo sistemático, elas moldam a percepção de quem seriam os candidatos apropriados, bem como quais tipos de experiência e de conhecimentos são mais adequados para as carreiras legislativas.

Candidatos independentes, mesmo que cumpram os requisitos de certificação, acabam concorrendo sem qualquer apoio partidário (tanto oficialmente, quanto com o

¹ MASSICOTTE, L.; BLAIS, A. & YOSHINAKA, A. 2004. *Establishing the Rules of the Game*. Toronto: University of Toronto.